

Cadernos Teologia Pública



O ensino moral da Igreja no pontificado do Papa Francisco: avanços, desafios e perspectivas

Michael G. Lawler e Todd A. Salzman

ISSN 1807-0590 (impresso) • ISSN 2446-7650 (Online)
ano XVII • número 156 • volume 18 • 2021

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

O ensino moral da Igreja no pontificado do Papa Francisco: avanços, desafios e perspectivas

Prof. Dr. Michael G. Lawler

Professor emérito de Teologia na Universidade de Creighton - EUA

Prof. Dr. Todd A. Salzman

Professor de Teologia na Universidade de Creighton - EUA

Tradução: Isaque Gomes Correa

Resumo

O Papa Francisco tem introduzido novos paradigmas eclesiais, ético-metodológicos e antropológicos para reformar a Igreja. Neste ensaio, exploramos os avanços, investigamos os vários desafios que ameaçam enfraquecê-los e discutimos as diferentes perspectivas teológicas necessárias para entendermos a fim de nos engajar em sinodalidade e levar adiante a Igreja peregrina através do diálogo da caridade.

Palavras-chave: Amoris Laetitia. Antropologia. Consciência. Diálogo. Discernimento. Ecclesiology. Método ético. Novos métodos pastorais. Sinodalidade. Virtude.

Cadernos Teologia Pública é uma publicação impressa e digital quinzenal do **Instituto Humanitas Unisinos – IHU**, que busca ser uma contribuição para a relevância pública da teologia na universidade e na sociedade. A teologia pública pretende articular a reflexão teológica e a participação ativa nos debates que se desdobram na esfera pública da sociedade nas ciências, culturas e religiões, de modo interdisciplinar e transdisciplinar. Os desafios da vida social, política, econômica e cultural da sociedade, hoje, constituem o horizonte da teologia pública.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor: *Marcelo Fernandes de Aquino, SJ*

Vice-reitor: *Pedro Gilberto Gomes, SJ*

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor: *Inácio Neutzling, SJ*

Diretor Adjunto: *Lucas Henrique da Luz*

Gerente administrativo: *Nestor Pilz*

www.ihu.unisinos.br

Cadernos Teologia Pública

Ano XVII – Vol. 18 – Nº 156 – 2021

ISSN 1807-0590 (impresso)

ISSN 2446-7650 (Online)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling

Conselho editorial: MS Ana Maria Casarotti; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Bel Guilherme Tenher Rodrigues; Profa. Dra. Susana Rocca.

Conselho científico: Profa. Dra. Ana Maria Formoso, Pontifícia Universidad Católica de Valparaíso, doutora em Educação; Prof. Dr. Christoph Theobald, Faculdade Jesuíta de Paris-Centre Sèvres, doutor em Teologia; Prof. Dr. Faustino Teixeira, UFJF-MG, doutor em Teologia; Prof. Dr. Felix Wilfred, Universidade de Madras, Índia, doutor em Teologia; Prof. Dr. Jose Maria Vigil, Associação Ecológica de Teólogos do Terceiro Mundo, Panamá, doutor em Educação; Prof. Dr. José Roque Junges, SJ, Unisinos, doutor em Teologia; Prof. Dr. Luiz Carlos Susin, PU-CRS, doutor em Teologia; Profa. Dra. Maria Inês de Castro Millen, CES/ITASA-MG, doutora em Teologia; Prof. Dr. Peter Phan, Universidade Georgetown, Estados Unidos da América, doutor em Teologia; Prof. Dr. Rudolf Eduard von Sinner, ETRS, doutor em Teologia.

Responsáveis técnicos: Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Bel Guilherme Tenher Rodrigues.

Revisão: Pedro Henrique Barbosa de Brito

Imagem da capa: Patrícia Kunrath Silva

Editoração: Ricardo Machado e Guilherme Tenher Rodrigues

Tradução: Isaque Gomes Correa

Cadernos teologia pública / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2004) – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004. – v.

Irregular, 2004-2013; Quinzenal (durante o ano letivo), 2014.

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-teologia>>.

Descrição baseada em: Ano 11, n. 84 (2014); última edição consultada: Ano 11, n. 83 (2014). ISSN 1807-0590

1. Teologia 2. Religião. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 2

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos Teologia Pública: Programa Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo RS Brasil
Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467
Email: humanitas@unisinos.br

O ensino moral da Igreja no pontificado do Papa Francisco: avanços, desafios e perspectivas

Michael G. Lawler

Professor emérito de Teologia na Universidade de Creighton - EUA

Todd A. Salzman

Professor de Teologia na Universidade de Creighton - EUA

Introdução

Uma história da vida de São Francisco de Assis ilumina a vida e o papado do Papa Francisco, de Roma. Certo dia, quando São Francisco rezava, Deus lhe perguntou: “Francisco, não vês que minha casa está destruída? Vai, portanto, e restaura-a para mim”. Assim começou a caminhada de São Francisco, de reconstruir moral e espiritualmente a Igreja através da palavra e ação. O Papa Francisco parece ter modelado o seu papado, implícita e explicitamente, a partir de um chamado semelhante a reconstruir a Igreja de Deus. Talvez o exemplo mais explícito disso é a sua tentativa de resolver a crise de abuso sexual clerical e pôr em prática reformas que promovem transparência e responsabiliza-

ção. Implicitamente, vêm ocorrendo reformas fundamentais em teologia moral com implicações morais e pastorais profundas, embora não plenamente realizadas ainda.

Na exortação apostólica *Amoris Laetitia* (doravante AL), o Papa Francisco introduziu aquilo que o cardeal Parolin refere como uma “mudança de paradigma”, que convida a um “novo espírito”, um “novo [método]” na ética teológica católica. O texto clássico de Thomas Kuhn, *A estrutura das revoluções científicas*, explica a natureza dos paradigmas e o papel e a função que eles têm nas revoluções científicas.¹ Kuhn insiste que a realidade é mais complexa do que aquilo que os paradigmas conseguem explicar; assim também o é, insistimos nós, a teologia católica. As revoluções ocorrem em um período de crise, tal como o que a Igreja experimenta hoje. A rejeição dos leigos e o questionamento episcopal de alguns dos ensinamentos católicos indicam que o presente paradigma eclesial não consegue mais explicar adequadamente as inconsistências entre o paradigma e a realidade. Um novo paradigma, com conceitos, estruturas e métodos recons-

truídos, o substitui. O Papa Francisco tem introduzido novos paradigmas eclesiais, ético-metodológicos e antropológicos para reformar a Igreja. Estes novos paradigmas têm implicações fundantes para a reforma institucional e para a conversão de perspectivas teológicas.

Avanços: eclesial, metodológico e antropológico

Sinodalidade

A comunhão da Igreja Católica contemporânea está marcada por uma polarização acrimoniosa. A Comissão Teológica Internacional – CTI propõe a sinodalidade como um caminho para superar essa polarização. Ela sugere que um diálogo honesto, em que a unidade prevalece sobre o conflito, é de grande valia

[...] para o exercício do diálogo, para a gestão das diversidades de opiniões e de experiências, para aprender “um estilo de construção da história, um âmbito vital onde os conflitos, as tensões e os opostos podem alcançar uma pluriforme unidade que gera nova vida”, tor-

1 KUHN, Thomas. *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: University of Chicago Press, 1971. [KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. Trad. Beatriz. Vianna Boeira e Nelson Boeira. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.]

nando possível o desenvolvimento de “uma comunhão nas diferenças”.²

Para construir esta comunhão em meio a desacordos numa Igreja polarizada, todo o Povo de Deus, leigos e clérigos, mulheres e homens, teólogos aprovados ou desaprovados, deveria ser convidado à mesa do diálogo. Sem um diálogo comunal, a polarização que destrói a comunhão dividindo a Igreja continuará. Em uma Igreja-comunhão, as suas lideranças têm o dever de consultar o Povo de Deus antes que façam pronunciamentos de autoridade que dizem respeito à vida das pessoas.

O papado do Papa Francisco tem se definido por seus esforços em eclesiologia sinodal que representam uma mudança paradigmática eclesiológica completa. A sinodalidade já foi exemplificada pelas consultas de Francisco antes e durante os sínodos de 2014 e 2015 e no Sínodo para a Amazônia, de 2019. A palavra sínodo é instrutiva. Ela deriva de duas palavras gregas, *syn* que significa junto e *hodos* que significa caminho. Um sínodo é, portanto, um caminhar junto, e um sínodo da Igreja-co-

munhão é um caminhar junto de todo o Povo de Deus, leigos e clérigos, em direção a uma verdade doutrinal e moral mais plena. O próprio Papa Francisco deu forma a esse compromisso com um caminho sinodal de diálogo. O diálogo, ensina ele,

[...] nasce de uma atitude de respeito pela outra pessoa, de uma convicção de que a outra pessoa tem algo bom a dizer. Ele pressupõe que haja espaço no coração para o ponto de vista, a opinião e proposta da outra pessoa. Dialogar implica uma recepção cordial, não uma condenação prévia. Para dialogar é necessário saber baixar as defesas, abrir as portas da casa e oferecer calor humano.³

O diálogo na Igreja deveria acolher não somente os bispos e seus autores aprovados, mas todos os membros competentes da Igreja-comunhão, leigos, clérigos e teólogos, tanto aqueles que concordam quanto aqueles que discordam do ensino católico em questões específicas. No Advento de 2020, a Conferência Episcopal Alemã mostrou como o Caminho Sinodal pode funcionar com um encontro dos representantes da Conferência Episcopal

2 COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. “A sinodalidade na vida e na missão da igreja”, 2 de março de 2018, n. 111. Disponível em: <https://bit.ly/3naQBaC>.

3 USCCB, “A Compilation of Quotes and Texts of Pope Francis on Dialogue, Encounter, and Interreligious and Ecumenical Relations”. Disponível em: <https://bit.ly/3FeMUaI>.

com a maior organização de leigos da Alemanha.⁴ É um começo muito bom para a Igreja que é essencialmente uma comunhão de fiéis.

As lideranças da Igreja devem aprender a apreciar a diversidade teológica e a considerar suas contribuições como uma manifestação do Espírito em ação na Igreja-comunhão, não como uma ameaça a ser silenciada ou excluída da mesa do diálogo e do discernimento. Embora a introdução de ideias que desafiam o ensino oficial possa causar tensão, ela é um caminho para o Povo peregrino avançar na direção de uma posse mais plena da verdade sobre o Deus infinito em que creem e daquilo que o Espírito de Deus pode estar lhes estar pedindo num mundo pluralista. O Papa Francisco dá exemplo deste caminhar junto em direção à verdade via diálogo na declaração sobre as relações católicas e ortodoxas. Assim, afirmamos mais uma vez que o diálogo teológico não procura o mínimo denominador comum [...] mas busca aprofundar o próprio conhecimento da verdade total que Cristo deu à sua Igreja, uma verdade cuja compreensão nunca cessará de crescer se seguirmos as inspirações do Espírito Santo”.

Não devemos temer, continua ele, o verdadeiro diálogo, pois ele “levar-nos-á para a verdade total (cf. Jo 16, 13)”.⁵

É chegada a hora, na verdade já passou da hora, de a Igreja abandonar a mentalidade de bunker, com a autoridade única dos bispos e dos autores aprovados, e substituí-la pela sinodalidade e pelo diálogo do Papa Francisco em todos os assuntos católicos. A sinodalidade abraça a eclesiologia da comunhão do Concílio Vaticano II que se volta à caminhada conjunta e à escuta das contribuições de todas as pessoas de boa vontade na Igreja. Ela advoga um diálogo honesto e caridoso para discernir a vontade de Deus e o caminho que a Igreja deve seguir para viver de acordo com aquela vontade. Isto requer aquilo que João Paulo II e Francisco frequentemente referem por “diálogo da caridade”. O diálogo da caridade, explica João Paulo, é uma busca mútua da verdade “pelo modo que convém à dignidade da pessoa humana”. Nesse diálogo, os participantes explicam, uns aos outros, “a verdade que encontraram ou julgaram ter encontrado, a fim de se ajudarem mutuamente na inquirição da verdade”.⁶ “É possível que, do meu pensamento e do pensamento

4 Ver: National Catholic Reporter on-line, 4 de outubro de 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3Data72>.

5 USCCB, “A Compilation of Quotes and Texts”.

6 João Paulo II, *Ut Unum Sint*.

do outro”, escreve Francisco, “possa surgir uma nova síntese que nos enriqueça a ambos. A unidade, a que temos de aspirar, não é uniformidade, mas uma ‘unidade na diversidade’”.⁷

Na tentativa em curso de promover uma eclesiologia sinodal e uma infraestrutura para sustentá-la, o Papa Francisco deu início a uma caminhada sinodal de três anos, em 09-10-2021, que inclui três fases: sínodos diocesano, continental e universal. A fase diocesana começou em 17-10-2021. O cardeal Grech destaca a importância desta primeira fase: “Na verdade, sem essa consulta não haveria um processo sinodal, porque o discernimento dos pastores, que é a segunda fase, é feito sobre o que emergiu da escuta do povo de Deus”. E continua: “Todos podem fazer ouvir a sua voz, o processo decisório na Igreja começa sempre com a escuta [...] porque só assim podemos compreender como e para onde o Espírito quer conduzir a Igreja”.⁸ A sinodalidade prioriza uma Igreja que escuta a uma Igreja que ensina; a Igreja deve primeiro escutar antes de ensinar.

⁷ AL, 139.

⁸ TORNIELLI, Andrea. “Cardinal Grech: Transformation of Synod to Create Space for People of God”. Vatican News, 21 de maio de 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3HdFrde>.

Novos métodos pastorais

Em AL, o Papa Francisco introduz uma mudança de paradigma ética ao integrar métodos sexuais católicos e ético-sociais e ao se basear grandemente nas ciências sociais e biológicas para compor a ética em *Laudato Si'*. Em grande parte, a ética social católica tem se orientado por princípios, tem sido relacional, dinâmica, desenvolvimentista e indutiva; a ética sexual católica continua a ser amplamente orientadora pelo direito, sendo legalista, focada na lei, estática e dedutiva. A integração dos ensinamentos social e sexual católicos marca uma mudança profunda na ética teológica católica, o que levou o cardeal de Viena, Christoph Schönborn, a julgar que AL “é o grande texto de ética católica que temos aguardado desde os dias do Concílio [Vaticano II]”.⁹ O cardeal Parolin, como vimos, considera uma mudança paradigmática aqueles chamados a um novo espírito, a um novo método ético-teológico. *Amoris Laetitia* observa que o diálogo nos sínodos de 2014 e 2015 levantaram a sugestão de “novos métodos pastorais” que sejam adequados a diferentes comunidades e às realidades existenciais matrimoniais,

⁹ SPADARO, Antonio. “A Conversation with Cardinal Schönborn on *Amoris Laetitia*”. *La Civiltà Cattolica*, v. 1, n. 2, 1 de março de 2017.

familiares e relacionais das famílias (199). O documento não só afirma como também desenvolve a antropologia do Ensino Social Católico – ESoC e do Ensino Sexual Católico – ESeC, e incorpora os desenvolvimentos metodológicos do ESoC tanto filosoficamente, enfocando o raciocínio indutivo, a consciência histórica e uma apreciação da cultura, experiência e ciências, quanto teologicamente, enfocando as escrituras e uma perspectiva eclesiológica de comunhão.

1. Avanços metodológicos filosóficos

Uma importante mudança metodológica na ESeC, em AL, é a de um método dedutivo para um indutivo. O raciocínio dedutivo começa com uma definição da dignidade humana aceita universalmente e de princípios universais ou normas que facilitam ou frustram a sua consecução. O raciocínio indutivo, desenvolvimento metodológico central na ética teológica católica desde o Vaticano II, começa com definições culturais, sociais e contextuais da dignidade humana e formula e justifica normas que facilitam ou frustram a sua consecução. O raciocínio indutivo começa com perspectivas particulares para atingir

convicções universais.¹⁰ “É mesquinho”, lemos em AL, “deter-se a considerar apenas se o agir duma pessoa corresponde ou não a uma lei ou norma geral, porque isto não basta para discernir e assegurar uma plena fidelidade a Deus na existência concreta dum ser humano”.¹¹ Devemos começar com a realidade circunstancial particular da pessoa humana para discernir qual regra se aplica ou qual regra nova precisa ser formulada para abordar a realidade. *Amoris Laetitia* cita a declaração da Comissão Teológica Internacional segundo a qual “a lei natural não poderá ser apresentada como um conjunto de regras já constituído e que se impõe a priori ao sujeito moral”. Essa é a única vez, na verdade, que Francisco menciona o direito natural nas 256 páginas de AL, fazendo-o no contexto de uma advertência contra uma abordagem dedutiva à tomada de decisão moral e promove o direito (lei) natural como uma “fonte de inspiração objetiva para o seu processo, eminentemente pessoal, de tomada de decisão”.¹²

Amoris Laetitia cita, pela primeira vez no ESeC, a advertência de Tomás de Aquino, de que

10 Ver: MILLER, Richard B. *Casualty and Modern Ethics: A Poetics of Practical Reasoning*. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

11 AL, 304, grifo nosso.

12 AL, 305.

[...] embora nos princípios gerais tenhamos o caráter necessário, todavia à medida que se abordam os casos particulares, aumenta a indeterminação [...]. No âmbito da ação, a verdade ou a retidão prática não são iguais em todas as aplicações particulares, mas apenas nos princípios gerais; e, naqueles onde a retidão é idêntica nas próprias ações, esta não é igualmente conhecida por todos. [...] Quanto mais se desce ao particular, tanto mais aumenta a indeterminação”.¹³

Frequentemente o princípio de Aquino é citado por eticistas teológicos católicos para refutar alegações de normas sexuais absolutas. Ao citar este texto de Aquino, Francisco adverte contra uma abordagem dedutiva, absoluta à tomada de decisão ética e enfatiza a importância das circunstâncias particulares e de uma abordagem indutiva.

Segundo, AL reconhece a consciência histórica em seu princípio da lei da gradualidade e do desenvolvimento e no processo de crescimento dos seres humanos. Isto é melhor ilustrado no debate de Francisco sobre a moralidade da coabitação (convivência). Em lugar algum de sua exortação ele condena a coabitação, como certamente precisaria fazer se estivesse seguindo as normas

sexuais e matrimoniais católicas. Contrariamente ao Relatório Final dos sínodos que condenam toda coabitação, ele distingue entre “convivências não orientadas para assumir a forma dum vínculo institucional”¹⁴ e a coabitação ditada por “situações culturais e contingentes”,¹⁵ como a pobreza que requer uma “resposta construtiva” que possa levar a um matrimônio quando as circunstâncias o permitirem. Pegando emprestado do tratamento dispensado a Jesus pela Samaritana e pela “lei da gradualidade”, de João Paulo II, ele aceita este último, “ciente de que o ser humano ‘conhece, ama e cumpre o bem moral segundo diversas etapas de crescimento’”.¹⁶ A Igreja jamais deve “renunciar a propor o ideal pleno do matrimônio, o projeto de Deus em toda a sua grandeza”. Consciente, no entanto, de todas as circunstâncias atenuantes históricas, culturais, psicológicas e “mesmo biológicas”, ela também jamais deve desistir de acompanhar “com misericórdia e paciência, as possíveis etapas de crescimento das pessoas, que se vão construindo dia após dia”.¹⁷ Dentro desta lei da gradualidade, Francisco reconhece que algumas co-

13 AL, 304; Suma Teológica, I-II, q. 94, art. 4.

14 AL, 53.

15 AL, 294.

16 AL, 295.

17 AL, 307-308.

abitações podem ser relacionamentos amorosos genuínos que irão se desenvolver em matrimônios. A mesma lei da gradualidade pode ser conscientemente discernida para se aplicar a todas as demais questões éticas.

Terceiro, *Gaudium et Spes* abriu a Igreja a uma abordagem indutiva, historicamente consciente que começa com a pessoa humana em uma situação humana e funciona em direção a normas éticas específicas e princípios éticos gerais. A constituição pastoral enfatiza que “A experiência dos séculos passados, os progressos científicos, os tesouros encerrados nas várias formas de cultura humana, os quais manifestam mais plenamente a natureza do homem e abrem novos caminhos para a verdade”.¹⁸ Essa trilogia da experiência humana, ciência e cultura, todas fontes de conhecimento ético, é paradigmática para uma abordagem indutiva e é amplamente refletida em AL.

Em primeiro lugar, AL baseia-se na “alegria do amor que se vive nas famílias [que] é também o júbilo da Igreja”.¹⁹ O documento fundamenta-se na experiência e ancora suas reflexões tanto na experiência da vida

matrimonial e na sexualidade humana complexamente refletida nela, quanto em fatores socioeconômicos como a pobreza e a fome que a impactam ao redor do mundo. Relacionando a experiência humana com a formulação de normas morais, Margaret Farley afirma, e nós concordamos, que as normas morais não podem se tornar eficientes na Igreja apenas “por receberem leis e regras”, pois a recepção “acarreta no mínimo um discernimento do significado das leis e regras em situações concretas”.²⁰ Um tal discernimento requer reflexão a respeito da experiência humana, pessoal, social e religiosa, e as ciências sociais lançam uma luz reveladora sobre esta experiência. Concordamos com a afirmação seguinte de Farley, segundo a qual “é inconcebível que as normas morais podem ser formuladas sem consultar a experiência daqueles cujas vidas estão em jogo”.²¹

Em segundo lugar, AL reconhece e acolhe a importância dos contextos culturais particulares. Esta preocupação pela importância da particularidade experiencial e cultural esteve inicialmente evidente nos dois sínodos

18 *Gaudium et Spes*, 44,

19 AL, 1.

20 FARLEY, Margaret A. “Moral Discourse in the Public Arena”. In: MAY, William W. (Org.). *Vatican Authority and American Catholic Dissent*. Nova York: Crossroad, 1987, 168-186, p. 177.

21 *Ibid*.

que apresentaram sondagens e solicitou um feedback dos fiéis a respeito de suas experiências vividas em relação com o ensino católico. Considerando estas reflexões, AL nota que “cada país ou região, é possível buscar soluções [aos problemas éticos e/ou pastorais] mais inculturadas, atentas às tradições e aos desafios locais”.²² Por exemplo, abençoar as uniões civis do mesmo sexo na Alemanha pode ser uma resposta pastoral para casais do mesmo sexo e para acolhê-los na Igreja, enquanto que fazer o mesmo na Nigéria pode não ser uma resposta pastoral apropriada dadas as perspectivas culturais e eclesiais diferentes.

Uma terceira e essencial consideração metodológica em AL que explicitamente reúne o ESoC e o ESeC é o reconhecimento do impacto que a experiência da pobreza tem nas decisões de relacionamento. Francisco dá o exemplo de um casal que coabita “sobretudo pelo fato de a cerimônia do casamento ser sentida como um luxo, pelas condições sociais, de modo que a miséria material impele a viver uniões de fato”.²³ As realidades socioeconômicas possuem um impacto profundo nas relações, e

este impacto é muitas vezes ignorado no ensino magistral que propõe normas a serem seguidas indistintamente no ESeC. Citemos um exemplo. Na visita às Filipinas em janeiro de 2015, uma ex-sem-teto, Glyzelle Palomar, fez um discurso de partir o coração diante do Papa Francisco e de cerca de trinta mil jovens reunidos. Nele, ela rompeu em lágrimas ao narrar sua experiência de desabrigada. “Há muitas crianças negligenciadas pelos pais. Há também muitos que acabam vítimas e muitas coisas ruins lhes acontecem, como as drogas e a prostituição. Por que Deus tem permitido tais coisas, mesmo se a culpa não é delas? E por que tem tão poucas pessoas nos ajudando?”²⁴ O Papa Francisco respondeu com a compaixão que veio a caracterizar o seu papado, implorando aos cristãos que aprendam a chorar em solidariedade com os que sofrem, especialmente os mais vulneráveis da sociedade.

O que faltou na resposta do papa ao apelo de Glyzelle, e ao de outros como ela, é a correlação entre pobreza e a falta de moradia, especialmente entre os menores. Um estudo do Instituto Guttmacher indica que 50% de todos os casos de gravidez nas Filipinas são

²² AL, 3, grifo nosso.

²³ AL, 294.

²⁴ Catholic News Agency, “What Pope Francis Learned from Homeless Girl: ‘Cry with the Suffering!’”, 17 de janeiro de 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3wFtSXn>.

indesejados e 90% destes devem-se à falta de acesso a métodos de controle de natalidade.²⁵ Somente em 2012 os legisladores filipinos aprovaram uma lei para o planejamento familiar livre e para o acesso a contraceptivos, legislação que os bispos resistiram fortemente, e continuam a resistir.²⁶ No voo que o trouxe das Filipinas, Francisco reiterou a postura da Igreja contra o controle artificial de natalidade e promoveu o planejamento familiar natural (PFN). Ele também relatou um encontro que teve com uma jovem filipina que tinha sete filhos e que estava grávida. Considerou uma irresponsabilidade e comentou: “Algumas pessoas pensam [...] que para ser bom e católico é preciso ser como os coelhos”.²⁷ Embora elogiamos o papa por defender a parentalidade responsável, respeitosamente discordamos de sua posição de que o PFN é

o único método eticamente legítimo para a realização da parentalidade responsável.

Parece haver uma consciência geral de parte do papa e dos bispos em nível mundial a respeito do quanto a cultura patriarcal, normas de gênero, relações familiares, fatores socioeconômicos e políticos impactam as decisões reprodutivas nos casamentos. Esta consciência é o reflexo da distinção metodológica fundamental entre o ESoC e o ESeC, com o primeiro fornecendo princípios para o juízo pessoal de uma consciência informada seguindo um discernimento cuidadoso, e o segundo fornecendo apenas normas prescritivas absolutas para a submissão. Concor damos inteiramente com a declaração do Papa Francisco sobre a priorização de primeiro garantir as necessidades humanas básicas como alimentação, moradia, água potável e acesso à saúde e educação, antes de se falar do “Sábado”, neste caso questões sexuais relativas ao sexto Mandamento.²⁸ *Amoris Laetitia* apresenta um certo progresso ao integrar as duas perspectivas metodológicas do ESoC e do ESeC, particularmente na reflexão sobre a coabitação influenciada por questões econômicas, mas é

25 FINER, Lawrence B.; HUSSAIN, Rubina. “Unintended Pregnancy and Unsafe Abortion in the Philippines: Context and Consequences”. Guttmacher Institute, agosto/2013. Disponível em: <https://bit.ly/3F87cSD>.

26 VINCENT, Stephen. “Filipino Church Vows Continued Opposition to ‘Reproductive Health’ Bill”. National Catholic Register, 20 de dezembro de 2012. Disponível em: <https://bit.ly/30rzCbs>.

27 NARANG, Sonia. “Catholic Leaders Battle Against Free Birth Control in the Philippines”. Disponível em: <https://bit.ly/3c5Wzn2>

28 O’CONNELL, Gerard. “Pope Francis on Paris Climate Change Summit: ‘It’s Either Now or Never’”. America, 30 de novembro de 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3kvfP1D>.

preciso haver uma integração maior. Com essa integração pode vir a necessidade de reformular normas ou recategorizá-las, de normas absolutas para normas *prima facie*. A primeira se aplica sempre e em todas as circunstâncias; a segunda serve como diretrizes normativas básicas, mas que podem ter exceções caso uma norma entre em conflito com outra que carregue uma obrigação mais forte nas circunstâncias.

2. Avanços metodológicos teológicos

Amoris Laetitia demonstra um certo desenvolvimento teológico no uso que faz das escrituras e uma perspectiva eclesiológica singular quando aborda questões matrimoniais, familiares, sexuais e éticas. Primeiramente, há uma mudança em direção à virtude, melhor sublinhada na bela reflexão, do Capítulo IV, sobre 1 Coríntios (13,3-7), de São Paulo. Há uma mudança fundamental de regras prescritivas a virtudes e às escrituras como uma fonte pedagógica para as virtudes em uma vida matrimonial e ética. O emprego que AL faz das escrituras em questões como o matrimônio e o divórcio, no entanto, é, às vezes, seletivo e incompleto. Apresenta o ensino de Mateus sobre a indissolubilidade do matrimônio (19,6),

por exemplo, mas não observa a permissão que este faz do divórcio no caso de porneia (Mt. 19,9). Não reconhece a realidade de que a Igreja concedeu e continua concedendo o divórcio por meio do Privilégio Paulino, baseado no ensino de Paulo em 1 Cor 7,12-15, e que os tem historicamente concedido através do chamado Privilégio Petrino, com base em situações matrimoniais provocadas pela escravidão.²⁹ Amoris Laetitia não cita nenhum texto bíblico para condenar as relações homossexuais e evita grande parte das provas textuais das escrituras que documentos magisteriais anteriores utilizam quando abordam temas éticos específicos.

Em segundo lugar, assim como o ESoC que empodera as conferências episcopais nacionais para que formulem e apliquem o ESoC com base em seus contextos culturais e socioeconômicos particulares, AL refere-se extensivamente às conferências dos bispos e como elas têm respondido a questões éticas particulares concernentes à vida matrimonial e familiar.³⁰ O Papa Francisco tem fei-

29 Ver: LAWLER, Michael G.; SALZMAN, Todd A. "Catholic Doctrine on Divorce and Remarriage: A Practical Theology Analysis". *Theological Studies*, 78, 2017, p. 326-347.

30 Ver: AL, 42 para os bispos coreanos; AL, 32 para os bispos espanhóis; AL, 51 para os bispos mexicanos.

to um esforço concertado em direção à descentralização do poder e uma tentativa de empoderar as conferências. A consulta aos leigos antes e durante ambos os sínodos mostra o seu compromisso também com o *sensus fidelium* e com a sinodalidade eclesial. *Sensus fidelium* é um conceito teológico que denota “a capacidade instintiva da Igreja toda em reconhecer a infalibilidade da verdade do Espírito”.³¹ É o carisma do discernimento, possuído pela Igreja toda, que recebe um ensino como apostólico e, portanto, a ser defendido tanto na fé quanto na praxis. As sondagens aos leigos que levaram aos sínodos e à AL, que tentam incluir as vozes daquelas consultas, claramente refletem um processo útil de discernimento do *sensus fidelium*. Este discernimento é um processo complexo, que leva tempo, exige paciência e um compromisso como tipo de diálogo honesto e caridoso que o Papa Francisco tanto apreciou no Sínodo de 2014 sobre o Matrimônio e a Família e caracterizou como um “espírito de colegialidade e sinodalidade”.³² A sinodalidade é central e uma di-

mensão definidora do papado do Papa Francisco e abrirá as portas para o diálogo e o desenvolvimento futuro na Igreja.³³

Com base no foco antropológico de AL sobre a consciência, o discernimento e em uma abordagem à tomada de decisão fundada na virtude, bem como em seu foco metodológico no raciocínio indutivo, na consciência histórica, no apreço da cultura, na sua preocupação explícita pelo impacto das condições socioeconômicas sobre as relações, na sua eclesiologia sinodal, podemos antecipar um desenvolvimento normativo sobre os problemas de ética sexual que muitos dos fiéis, via consciências discernentes, já revisaram.

Antropologia: dignidade humana holística católica

Amoris Laetitia, do Papa Francisco, está em sua continuidade com os desdobramentos antropológicos relativos à dignidade humana social e sexual católica e amplia estes desenvolvimentos ao enfatizar a consciência, o discernimento e as virtudes. Seu texto integra também,

31 THIEL, John E. *Senses of Tradition: Continuity and Development in Catholic Faith*. Oxford: Oxford University Press, 2000, p. 47.

32 Discurso do Papa Francisco no encerramento da III Assembleia Geral Extraordinária do Sínodo dos Bispos (18 de outubro de 2014). Disponível em: <https://bit.ly/3w17kp5>.

33 Ver: Radio Vaticano, “Papal Election Anniversary: Synodality a Key Change Under Pope Francis”, 3 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3qsKlwX>.

de modo mais completo, os métodos do ensino social e sexual católicos. Estes desenvolvimentos indicam a necessidade da revisão de algumas normas morais. Amorís Laetitia reflete uma antropologia holística que decorre da ênfase relacional na dignidade humana social católica e em uma antropologia personalista relacionalmente centrada na dignidade humana sexual católica. Na verdade, reflete de perto as dimensões da pessoa humana que o teólogo moral Louis Janssens desenvolveu há quase quarenta anos em sua exegese da *Gaudium et Spes* e no documento preparatório, *Schema 13*.³⁴ Em AL, a pessoa humana é um sujeito livre, não um objeto;³⁵ na corporeidade, o físico e o espiritual estão integrados;³⁶ na relação com o mundo material,³⁷ com os outros,³⁸ com os grupos sociais,³⁹ consigo mesmo;⁴⁰ criado à imagem e semelhança de Deus;⁴¹ um ser histórico;⁴² fundamental-

mente singular porém igual a todas as outras pessoas.⁴³ Há desdobramentos antropológicos sexuais fundamentais em AL. Em suas normas prescritivas absolutas, a dignidade humana sexual católica prioriza a função biológica do ato sexual sobre os significados relacionais; Francisco enfatiza o relacional e o espiritual na tomada de decisão ética, e isso fica particularmente evidente na ênfase dada à consciência pessoal, ao discernimento e à virtude.

1. Papa Francisco sobre a consciência

No sentido de que a sinodalidade é uma característica eclesial da Igreja-comunhão, a liberdade e inviolabilidade de uma consciência bem-informada é uma característica antropológica de seus membros. Nas duas encíclicas, *Evangelii Gaudium* e AL, o Papa Francisco de novo traz à tona a doutrina católica da autoridade e inviolabilidade da consciência pessoal, particularmente à medida que tem relação com as “situações irregulares” em uniões matrimoniais e sexuais. Embora claramente rejeite o relativismo e afirme normas objetivas,⁴⁴ ele adverte

34 JANSSENS, Louis. “Artificial Insemination: Ethical Considerations”. *Louvain Studies*, 8, 1980, p. 3-29.

35 AL, 33, 153.

36 AL, 151.

37 AL, 277.

38 AL, 187-198.

39 AL, 222.

40 AL, 32.

41 AL, 10.

42 AL, 193.

43 AL, 54.

44 *Evangelii Gaudium*, 64.

que “a realidade é superior à ideia” e que deve haver um diálogo constante entre realidade e ideia “evitando que a ideia acabe por separar-se da realidade [...] os projetos mais formais que reais [...] os eticismos sem bondade”.⁴⁵ Pesquisas sociológicas reafirmam repetidas vezes a desconexão significativa entre as normas prescritivas do ensino católico a respeito da ética sexual, normas absolutas que proíbem métodos contraceptivos artificiais e atos homossexuais, por exemplo, e as perspectivas dos fiéis. Segundo tais estudos, a maioria dos católicos acha que estas normas estão afastadas da realidade, com as pessoas seguindo as suas próprias consciências bem-informadas quando emitem juízos práticos sobre esses e outros temas morais.⁴⁶

Francisco aconselhou que

Devemos aprender a escutar mais nossa consciência, mas isto não significa que devemos seguir o nosso ego, fazer o que nos interessa, o que nos convém, o que gostamos. A consciência não é isso. A consciência é o espa-

ço interior para escutar a verdade, para escutar Deus. É o lugar interior da minha relação com ele, que fala ao meu coração e me ajuda a compreender o caminho que devo tomar, para permanecer fiel.⁴⁷

Ele adverte contra a redução da avaliação moral das ações de alguém a partir do cumprimento ou não da Lei, porque “isto não basta para discernir e assegurar uma plena fidelidade a Deus na existência concreta dum ser humano”.⁴⁸

O ensino de Francisco a respeito da autoridade da consciência é, a nosso ver, um dos ensinamentos centrais em AL.⁴⁹ Ele declara que “a consciência individual necessita ser melhor incorporada à praxis da Igreja em certas situações que não corporificam objetivamente o nosso entendimento do matrimônio”⁵⁰ ou de qualquer outro tema ético. Cita Aquino com frequência ao longo do documento, especialmente o seu ensino de que quanto mais descemos às situações particulares, tanto mais aumenta a

45 Ibid., 231.

46 Para uma pesquisa sociológica em nível mundial das crenças católicas a respeito de uma variedade de questões de ética sexual, ver: Univision Communications, Global Survey of Roman Catholics, Executive Summary, Nova York, fevereiro de 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3qtkHA>.

47 Papa Francisco, “Jesus Always Invites Us: He Does Not Impose”, Angelus, 30 de junho de 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3ogj5PE>.

48 AL, 304.

49 Ver: LAWLER, Michael G.; SALZMAN, Todd A. “Conscience and Experience: Choosing the True and the Good”. *Irish Theological Quarterly*, 81/1, 2016, p. 34-54.

50 AL, 303.

indeterminação dos princípios gerais.⁵¹ O mal está sempre nos detalhes. Ele alerta que há uma tal “variedade inumerável de situações concretas”, de forma que este documento, ou qualquer outro documento ético, não tem condições de fornecer uma “normativa geral de tipo canônico, aplicável a todos os casos”.⁵² O caminho para a solução de toda questão moral não é o caminho da obediência desinformada a alguma regra, mas o de um “foro interno”, decisão consciente e bem-formada, um processo perseverante de discernimento orientado por um guia espiritual e por um juízo prático final que comanda um sujeito livre a fazer isto ou não fazer aquilo.⁵³

2. Discernimento

O lugar do discernimento na tomada de decisão moral complementa o papel e a autoridade da consciência e busca informar e formá-la. A ênfase no discernimento em AL é uma contribuição antropológica distintiva tanto para a dignidade social católica quanto para a dignidade sexual humana. Embora não seja surpresa

encontrar o discernimento sendo usado com frequência por um filho de Inácio de Loyola, é surpresa encontrá-lo sendo empregado de maneira tão central como uma base para a orientação de decisões responsáveis no reino da ética sexual. Existem desdobramentos históricos paralelos no reestabelecimento da autoridade da consciência e do discernimento na vida ética. A consciência foi deslocada, nos séculos XIX e XX, pela autoridade magisterial, por regras e pela exigência à submissão a estas coisas, como mostra claramente o *Vehementer Nos*, de Pio X. Afirma Pio: “Esta sociedade – a Igreja – é essencialmente desigual, quer dizer, uma sociedade composta por distintas categorias de pessoas: os pastores e o rebanho”. Estas duas categorias estão arranjadas hierarquicamente de modo que “só nos pastores residem a autoridade e o direito necessários para mover e dirigir os membros para o fim dessa sociedade”. O único dever das consciências do rebanho é “deixar-se conduzir e, como dócil rebanho, seguir os seus pastores”.⁵⁴

O deslocamento da consciência foi em si deslocado e a primazia da consciência reestabelecida à sua cen-

51 AL, 304; Suma Teológica, I-II, q. 94, art. 4.

52 AL, 300.

53 AL, 300-305.

54 Papa Pio X, *Vehementer Nos*, 11 de fevereiro de 1906, 8. Disponível em: <https://bit.ly/3HeVhEv>.

tralidade tradicional na vida ética católica pela primeira vez pelo Concílio Vaticano II e, agora, pelo Papa Francisco. Ele também reafirmou a complementaridade do discernimento e da moralidade. O vínculo intrínseco entre a vida espiritual e a vida ética, tão central em Aquino e na tradição medieval, foi efetivamente cortado no Concílio de Trento, onde a teologia moral esteve alinhada com o direito canônico e não com a espiritualidade.⁵⁵ Essa desconexão e reconexão preocupante foi codificada e reforçada pelos manuais de teologia moral decorrentes do Ratio Studiorum, plano jesuíta de estudos, que controlou a formação dos seminaristas até o Concílio Vaticano II.

Na tradição jesuíta, o discernimento é a arte da tomada de decisão orante que depende das práticas de ver, julgar e agir a partir de uma perspectiva informada pelas escrituras, tradição, experiência e razão.⁵⁶ Em seu comentário sobre AL, Andre Vingt-Trois, cardeal arcebispo de Paris, escreve que AL chama todos os agentes pastorais e, acrescentamos nós, todos os cristãos, a voltarem

a “meditar sobre a mensagem de Cristo e da tradição cristã da família e a buscarem entender como esta mensagem pode ajudar a acompanhar as famílias nos desafios que elas enfrentam hoje”.⁵⁷ O discernimento, escreve Francisco, requer “humildade, privacidade, amor à Igreja e à sua doutrina, na busca sincera da vontade de Deus e no desejo de chegar a uma resposta mais perfeita à mesma”.⁵⁸ Discernir vai muito além de simplesmente seguir regras e normas absolutas. Ele nos tira de um tipo de ética marcado por leis e nos move para uma ética marcada pela virtude, fundamentada nas virtudes da fé, esperança e caridade, aliadas à compaixão, justiça e prudência, que nos ajudam a ver e julgar a partir de uma perspectiva singularmente cristã para agir de um modo unicamente cristão. Ver e julgar podem levar a um agir que segue regras e diretrizes apresentadas pela Igreja ou ao ato de desafiar essas regras e diretrizes. O discernimento autêntico e uma consciência informada consideram o ensino da Igreja e, como insistia Aquino no século XIII, às vezes podem in-

55 Ver: REGAN, George M. *New Trends in Moral Theology*. Nova York: Paulist, 1971, p. 25.

56 MARTIN, James. “Understanding Discernment is Key to Understanding *Amoris Laetitia*”. *America*, 8 de abril de 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3c2vmS3>.

57 Ver: HOFFNER, Anne-Bénédicte. “*Amoris Laetitia* Requires an Effort of Formation of Discernment”. *La Croix International*, 19 de outubro de 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3onXBQN>.

58 AL, 300.

clusivo demandar a divergência para com este ensino.⁵⁹ À medida que a consciência é um juízo prático que vem no final de um processo deliberativo, ela necessariamente envolve a virtude da prudência, pela qual, segundo o Catecismo, “a reta razão é aplicada à ação” (1806).

3. Virtudes

A mudança de um foco baseado em leis e regras para um foco baseado na virtude é uma terceira mudança antropológica e metodológica fundamental em AL. A virtude enfoca primeiramente no caráter e não nos atos da pessoa, centra-se no ser e não no fazer, mas há ainda uma dialética em curso entre virtude e atos. Os atos são importantes, visto que tanto refletem quanto, à medida que se repetem, modelam o caráter virtuoso; a virtude tanto se manifesta quanto se produz nos atos. A ética das virtudes, os agentes éticos e seus caracteres vêm primeiro, e suas ações éticas vêm em segundo; *agere sequitur esse*, a ação segue o ser.⁶⁰ O foco em AL não incide nas regras

e atos, mas nos modos de ser no mundo, onde a pessoa é convidada a esforçar-se para viver uma vida como Cristo no serviço de Deus, cônjuge, família, vizinho e sociedade, o tempo todo entendendo que a misericórdia divina é infinita caso fiquemos a desejar. O Capítulo IV de AL, “O amor no matrimônio”, é uma bela reflexão sobre a passagem poética de São Paulo a respeito da natureza do verdadeiro amor (1 Cor 13,4-7) e das virtudes associadas a ele. O amor é paciente, voltado ao serviço, generoso, inclinado ao perdão, não ciumento ou orgulhoso. Vale notar que a virtude da castidade, tão central na abordagem católica tradicional ao amor, à sexualidade e ao matrimônio, e tantas vezes aplicada dedutivamente como uma submissão legalista às leis prescritivistas absolutas da Igreja sobre a sexualidade, é mencionada uma única vez em AL, e no contexto de provar-se “preciosa para o crescimento genuíno do amor interpessoal”.⁶¹ Em vez de um foco exclusivo na castidade, há um foco maior nas

⁵⁹ Aquino, In IV Sent., dist. 38, q. 2, a. 4.

⁶⁰ Ver: STATMAN, Daniel. “Introduction to Virtue Ethics”. In: STATMAN, Daniel (Org.). *Virtue Ethics: A Critical Reader*. Washington, DC: Georgetown University Press, 1997, p. 7; SALZMAN, Todd A.; LAW-

LER, Michael G. *Virtue and Theological Ethics: Toward a Renewed Ethical Method*. Maryknoll, NY: Orbis Press, 2018.

⁶¹ AL, 206.

virtudes do amor,⁶² da misericórdia,⁶³ da compaixão,⁶⁴ do perdão⁶⁵ e da prudência.⁶⁶

A prudência é uma virtude cardeal que guia todas as demais virtudes e é um pré-requisito para a consciência e para o discernimento. Aquino concorda, realmente, de que ela é um pré-requisito essencial para a posse de todas as outras virtudes. Ela discerne os primeiros princípios da moralidade, aplica-os a situações particulares e capacita a consciência a realizar juízos práticos de que essa é a coisa certa a fazer nesta ocasião e com este bom motivo.⁶⁷ Diz-se que a prudência é uma virtude cardeal porque é um cardo ou uma dobradiça em torno da qual todas as outras virtudes giram, integrando agentes e suas ações, e certificando-se de que eles fazem a reta escolha virtuosa.⁶⁸ Não é difícil ver como ela é uma articulação em torno da qual o juízo prático da consciência e sua reta escolha virtuosa giram.

62 AL, 89-164.

63 AL, 27, 47, 300, 306.

64 AL, 28, 92, 308.

65 AL, 27, 236, 268.

66 AL, 262.

67 Aquino, Suma Teológica, II-II, q. 47, a. 6.

68 Ibid., I, q. 65, a. 1.

III. Desafios

Apesar dos avanços eclesiológicos, metodológicos e antropológicos do Papa Francisco, permanecem alguns desafios que ameaçam minar estes avanços. Talvez o primeiro e maior desafio venha dos cardeais e bispos tradicionalistas que resistem aberta e veementemente. Por exemplo, os cardeais Raymond Burke, Carlo Caffarra, Walter Brandmüller e Joachim Meisner publicaram uma carta, tecnicamente chamada *dubium*, acusando o Papa Francisco de fomentar confusão entre os fiéis com *Amoris Laetitia*.⁶⁹ O *dubium* dos cardeais destaca a atual polarização na Igreja nos Estados Unidos e no mundo. Mais recentemente, o arcebispo emérito Dom Charles Joseph Chaput, em resposta ao comentário do papa de que “há um grande canal de televisão católico [EWTN] que não hesita em continuamente falar mal do papa”, chamando-o de “o trabalho do diabo”,⁷⁰ chama, essencialmente, o Papa Francisco de mentiroso. “Qualquer insinuação de

69 Ver: STAFF REPORTER. “Full Text: Cardinals’ Letter to Pope Francis on *Amoris Laetitia*”. Catholic Herald, 14 de novembro de 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3Hfh2nv>.

70 Ver: O’CONNELL, Gerard. “Pope Francis Responds to Attacks from EWTN, Other Church Critics: ‘They are the Work of the Devil’”. America, 21 de setembro de 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3D4obER>.

que a EWTN é infiel à Igreja, ao Concílio Vaticano II ou à Santa Sé é simplesmente vingativo e falso”.⁷¹ Uma resistência pública e declarada de parte de uma ex-liderança católica ao atual papa enfraquece a autoridade do Papa Francisco e os avanços que ele começou e ameaça a unidade da Igreja.

Em segundo lugar, o próprio Papa Francisco tem sido, às vezes, incoerente em declarações públicas e em proclamações magisteriais oficiais. Por exemplo, ele afirmou numerosas vezes que apoia as uniões civis de pessoas do mesmo sexo. “O que precisamos criar”, disse, “é uma lei de união civil. Dessa forma, [os parceiros do mesmo sexo] são legalmente contemplados. Eu defendi isso” e continuou a defender.⁷² Uma união civil é um arranjo social reconhecido legalmente, semelhante a um matrimônio criado primeiramente para dar reconhecimento e proteção jurídica a parceiros que desejam viver juntos e

para que sejam reconhecidos como um casal. Embora as uniões civis possam se aplicar legalmente tanto a pessoas hétero quanto homossexuais, em muitos países elas se aplicam apenas para casais do mesmo sexo. As uniões concedem a maior parte dos direitos matrimoniais, incluindo saúde, taxação, adoção, direitos de herança, mas não o título de “matrimônio”. Em resposta à proposta da Conferência Episcopal Alemã de abençoar as uniões civis de pessoas do mesmo sexo, no entanto, o responsum da Congregação para a Doutrina da Fé, aprovada pelo Papa Francisco, decidiu que Deus “não abençoa nem pode abençoar o pecado”.⁷³ Roy destaca a inconsistência entre o foco do Papa Francisco na misericórdia e em declarações públicas sobre a inclusividade e o acompanhamento com algumas de suas declarações oficiais que deixam de incluir plenamente mulheres, gays e lésbicas na comunhão eclesial.⁷⁴ Essa incoerência ameaça minar os avanços que o Papa Francisco tem proposto.

71 CHAPUT, Charles J. “A Little Wisdom from Bernard”. First Things, 21 de outubro de 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3F08kYy>.

72 Ver: PULLELLA, Philip. “Pope Says Same-Sex Couples Should Be Covered by Civil Union Laws”. Reuters, 21 de outubro de 2020. Disponível em: <https://reut.rs/3wCILKb>; LAWLER, Michael G.; SALZMAN, Todd A. “Pope Francis, Civil Unions, and Same-Sex Marriage: Theological Reflections”. Irish Theological Quarterly, dezembro/2021; no prelo.

73 CDF, Responsum da Congregação para a Doutrina da Fé a um dubium sobre a bênção de uniões de pessoas do mesmo sexo, 15.03.2021”. Disponível em: <https://bit.ly/3qsLpRt>.

74 ROY, Louis. “Ambiguities in Pope Francis’ Message of Mercy”. New Blackfriars (no prelo).

Em terceiro lugar, apesar dos esforços no sentido da transparência e responsabilização na crise de abusos sexuais clericais e acobertamentos em nível mundial, novos estudos que detalham casos de abuso passados e recentes continuam. O abuso extensivo na França é a revelação mais recente. Dadas das eclesiologias conservadoras em toda a África, Ásia e América Latina, é uma questão de tempo antes que a extensão dos abusos aí seja revelada para prejudicar a credibilidade da Igreja e afastar pessoas de sua membresia.

Em quarto lugar, a obsessão institucional ao redor do mundo em questões relacionadas à ética sexual e ao aborto continua a afastar muitos jovens, que estão optando por sair da religião institucional em favor de uma espiritualidade sem religião organizada, de um agnosticismo ou do ateísmo. O Papa Francisco faz uma advertência terrível à Igreja: se continuar enfocando questões estreitas tais como o aborto, o casamento homossexual e a contracepção, o edifício moral da Igreja provavelmente cairá “como um castelo de cartas”.⁷⁵ Embora o papa tenha afastado o foco que incidia sobre tais questões e tenha se

voltado à justiça social, à pobreza e às mudanças climáticas, muitas lideranças eclesiais continuam obcecadas por elas. Essa obsessão aprofunda a lacuna de credibilidade no comando da Igreja, especialmente à medida que continua a lidar com questões de abuso sexual, com o papel das mulheres e com os direitos de gays e lésbicas.

Em quinto lugar, o clericalismo continua impedindo avanços e reforçando as estruturas da Igreja, incluindo a eclesiologia sinodal. A Associação dos Padres Católicos dos Estados Unidos define clericalismo como uma “expectativa, que conduz a abusos de poder, segundo a qual os ministros ordenados são melhores do que os demais entre o Povo de Deus e deveriam estar acima deles”.⁷⁶ Esta expectativa é reforçada pela declaração de João Paulo II, de que a vocação religiosa é uma vocação mais alta e mais sagrada do que qualquer outra vocação.⁷⁷ Afirmar como essa põem o clero sobre um pedestal e perpetuam o clericalismo. O clericalismo capacita e perpetua a crise de abuso sexual e o seu acobertamento,

75 PULLELLA, Philip. “Pope Says Church Must End Obsession with Gays, Contraception, Abortion”. Reuters, 19 de setembro de 2013. Disponível em: <https://reut.rs/3opCcqs>

76 Association of U.S. Catholic Priests, *Confronting the Systemic Dysfunction of Clericalism* (junho/2019), 5. Disponível em: <https://bit.ly/3wAUlJu>.

77 Familiaris Consortio, n. 66. Ver também: João Paulo II, *Vita Consecrata*, n. 32. Disponível em: <https://bit.ly/3Fa02gJ>.

e preserva a eclesiologia hierárquica tão impregnada na Igreja de Roma e tão contrária seja ao reestabelecimento de uma eclesiologia da comunhão, do Vaticano II, seja ao reestabelecimento de uma eclesiologia sinodal, do Papa Francisco. Resolver o clericalismo acarretará uma reforma fundamental da formação dada nos seminários, sem a qual os avanços do Papa Francisco jamais irão se realizar plenamente.

Perspectivas

O jesuíta Ladislav Štýrský observou, muitos anos atrás, que existe uma tensão entre os bispos e os teólogos, e entre os membros da Igreja em geral, em torno de questões doutrinárias que não podem ser resolvidas através do diálogo sobre os problemas simplesmente. Em vez disso, dado que as tensões se originam de perspectivas teológicas diversas, deve haver um diálogo também a respeito das perspectivas.⁷⁸ Charles Curran explica que a ideia de perspectiva decorre da “experiência visual e expressa o modo como olhamos para algo que põe todas as demais

coisas em foco”.⁷⁹ Que perspectiva, perguntamos nós, subjaz a construção e a justificação que cristãos fazem de eclesiologia, método teológico e antropologia? Bernard Lonergan desenvolve uma epistemologia perspectivista que pode ajudar a responder a essa pergunta.

Para Lonergan, diferentes afirmações doutrinárias e éticas sobre a verdade surgem de diferentes perspectivas cognitivas. Ele apresenta três fatores que dão origem ao perspectivismo no conhecimento humano. Primeiro, os conhecedores humanos são finitos, as informações disponíveis a eles em qualquer tempo dado são ainda incompletas e eles não podem tratar ou dominar todos os dados existentes. Segundo, esses conhecedores são seletivos, dadas as suas diferentes socializações, experiências pessoais e extensões de dados que lhes são oferecidos. Terceiro, os conhecedores são diferentes individualmente, e podemos esperar que tenham diferentes interpretações dos dados disponíveis. O conhecedor-teólogo treinado na filosofia de Platão e Agostinho, por exemplo, tratará diferentemente os dados, chegará a compreensões diferentes e fará juízos diferentes do que conhecedor-teólogo treina-

78 ŠTÝRSKÝ, Ladislav. *The Church: Learning and Teaching*. Wilmington, DE: Michael Glazier, Inc., 1987, p. 103-104, n. 22.

79 CURRAN, Charles E. *The Catholic Moral Tradition Today*. Washington, DC: Georgetown University Press, 1999, p. 30.

do na filosofia de Aristóteles e Aquino. Estes dois últimos produzem teologias diferentes, ambas sendo explicações necessariamente parciais e incompletas de uma realidade teológica muito complexa. São como dois visualizadores nas janelas do 4º e do 13º andar do Empire State Building; cada um tem uma visão diferente, mas não menos parcial, de tudo o que se encontra do lado de fora. Podemos esperar que, se se elevarem a um andar mais alto, eles ainda terão uma visão diferente de novo, mas ainda parcial.

Todo juízo humano da verdade, incluindo os juízos da verdade doutrinal e ética, é um juízo limitado e uma decisão baseada em dados limitados e em um entendimento. “Então, longe de se assentar sobre o conhecimento do universo, [um juízo] é para o efeito de que, não importa o que o restante do universo venha ser, pelo menos isto é assim”.⁸⁰ É exatamente a natureza necessariamente limitada das sensações humanas, das concepções e dos juízos que conduz ao perspectivismo, não como uma fonte de falsidade, mas como uma fonte da verdade parcial. O conselho de Agostinho aos teólogos é preciso aqui: “Si

comprehendis non est Deus”, se entendemos, o que entendemos não é Deus.⁸¹

Explorar as perspectivas epistemológicas daqueles que discordam em temas doutrinários e éticos na Igreja pode ajudar a facilitar o compromisso do Papa Francisco com o diálogo sinodal e com o discernimento comunal em curso da verdade do Deus infinito. Não podemos ter medo, afirma ele, “do encontro e do diálogo autêntico. Ele não nos afasta da verdade; pelo contrário, através de um intercâmbio de dons, sob a guia do Espírito da verdade, ele ensina-nos toda a verdade (cf. Jo 16,13)”.⁸² Embora jamais iremos alcançar esta verdade plena, podemos nos esforçar para melhor entender uns aos outros na caminhada do discernimento. Uma Igreja polarizada convida a este discernimento e ao diálogo para trabalharmos no sentido da cura e unidade. A Igreja-comunhão e cada fiel estão sempre em preparação para, na imagem poética e iluminadora do poeta Rainer Maria Rilke, discernir “o próprio Deus posto mil vezes em cada rua”.⁸³

80 LONERGAN, Bernard J.F. *Insight: A Study of Human Understanding*. Londres: Longmans, 1957, 344, grifo nosso. Ver também: *Method in Theology*, 217-219.

81 Sermo 52, 16, PL 38, 360.

82 USCCB, “A Compilation of Quotes and Texts”.

83 RILKE, Rainer Maria. *The Book of Images*. São Francisco: North Point Press, 1991, p. 9.



Michael G. Lawler é professor emérito em Teologia na Universidade de Creighton. Publicou em coautoria com Todd A. Salzman *The Sexual Person: Toward a Renewed Catholic Anthropology* (Georgetown, 2008), livro este também publicado em português com o título “A Pessoa sexual. Por uma antropologia católica renovada” (Editora Unisinos, 2012); *Sexual Ethics: A Theological Introduction* (Georgetown, 2012); *The Church in the Modern World: Gaudium et spes Then and Now* (Liturgical Press, 2014); *Virtue and Theological Ethics: Toward a Renewed Ethical Method* (Orbis, 2018); *Introduction to Theological Ethics: Foundations and Applications* (Orbis, 2019); e *Pope Francis and the Transformation of Health Care Ethics* (Georgetown, 2021). Eles também publicaram uma série de artigos acadêmicos nos

periódicos *Theological Studies*, *Heythrop Journal*, *Louvain Studies*, *Horizons*, *Irish Theological Quarterly*, *America*, and *Commonweal*.



Todd A. Salzman é professor em Teologia na Universidade de Creighton. Publicou em coautoria com Michael G. Lawler *The Sexual Person: Toward a Renewed Catholic Anthropology* (Georgetown, 2008), livro este também publicado em português com o título “A Pessoa sexual. Por uma antropologia católica renovada” (Editora Unisinos, 2012); *Sexual Ethics: A Theological Introduction* (Georgetown, 2012); *The Church in the Modern World: Gaudium et spes Then and Now* (Liturgical Press, 2014); *Virtue and Theological Ethics: Toward a Renewed Ethical Method* (Orbis, 2018); *Introduction to Theological Ethics: Foundations and Applications* (Orbis, 2019); e *Pope Francis and the Transformation of Health Care Ethics* (Georgetown, 2021). Eles também publicaram uma série de artigos acadêmicos nos periódicos *Theolo-*

gical Studies, *Heythrop Journal*, *Louvain Studies*, *Horizons*, *Irish Theological Quarterly*, *America*, and *Commonweal*.

Publicações com Michael G. Lawler realizadas pelo IHU

- [A Igreja e as uniões do mesmo sexo: O Responsum e suas implicações pastorais. Cadernos Teologia Pública, Nº 153](#)
- [O Papa Francisco, a Igreja e a ética teológica. Alguma coisa mudou?. Cadernos Teologia Pública, Nº 150.](#)
- [Amoris Laetitia: aspectos antropológicos e metodológicos e suas implicações para a teologia moral. Cadernos Teologia Pública, Nº 136](#)

Entrevistas com Michael G. Lawler realizadas pelo IHU

- [Por uma nova moralidade sexual. Entrevista especial com Todd Salzman e Michael Lawler](#)

Artigos de Michael G. Lawler publicados no IHU

- [Ovelhas perdidas, almas perdidas. Artigo de Michael G. Lawler e Todd A. Salzman](#)
- [A maneira católica de escolher o bem. Artigo de Michael G. Lawler e Todd A. Salzman](#)
- [A Igreja Católica precisa ouvir transgêneros e intersexuais. Artigo de Michael G. Lawler e Todd Salzman](#)
- ["Amoris laetitia" e o empoderamento das consciências católicas. Artigo de Michael G. Lawler e Todd A. Salzman](#)

Notícias com Michael G. Lawler publicados no IHU

- [Do mundo distópico, passando pelos populismos contemporâneos, aos debates do cristianismo na atualidade: lives do IHU encerram a semana com debatedores internacionais](#)

Publicações com Todd A. Salzman realizadas pelo IHU

- [A Igreja e as uniões do mesmo sexo: O Responsum e suas implicações pastorais. Cadernos Teologia Pública, Nº 153](#)
- [O Papa Francisco, a Igreja e a ética teológica. Alguma coisa mudou?. Cadernos Teologia Pública, Nº 150.](#)

- [Amoris Laetitia: aspectos antropológicos e metodológicos e suas implicações para a teologia moral. Cadernos Teologia Pública, Nº 136](#)

Entrevistas com Todd A. Salzman realizadas pelo IHU

- [Papa Francisco e a mudança na teologia moral. Da ética sexual para a ética social. Entrevista especial com Todd A. Salzman e Michael G. Lawler](#)
- [Por uma nova moralidade sexual. Entrevista especial com Todd Salzman e Michael Lawler](#)

Artigos de Todd A. Salzman publicados no IHU

- [Ovelhas perdidas, almas perdidas. Artigo de Michael G. Lawler e Todd A. Salzman](#)
- [A maneira católica de escolher o bem. Artigo de Michael G. Lawler e Todd A. Salzman](#)
- [A Igreja Católica precisa ouvir transgêneros e intersexuais. Artigo de Michael G. Lawler e Todd Salzman](#)
- [”Amoris laetitia” e o empoderamento das consciências católicas. Artigo de Michael G. Lawler e Todd A. Salzman](#)
- [Teólogos propõem uma nova moralidade sexual. Artigo de Michael G. Lawler e Todd A. Salzman](#)

Cadernos Teologia Pública

- | | | | |
|------|--|-------|--|
| N. 1 | Hermenêutica da tradição cristã no limiar do século XXI – Johan Konings, SJ | N. 10 | O Deus de todos os nomes e o diálogo inter-religioso – Michael Amaladoss, SJ |
| N. 2 | Teologia e Espiritualidade. Uma leitura Teológico-Espiritual a partir da Realidade do Movimento Ecológico e Feminista – Maria Clara Bingemer | N. 11 | A teologia em situação de pós-modernidade – Geraldo Luiz De Mori, SJ |
| N. 3 | A Teologia e a Origem da Universidade – Martin N. Dreher | N. 12 | Teologia e Comunicação: reflexões sobre o tema – Pedro Gilberto Gomes, SJ |
| N. 4 | No Quarentenário da Lumen Gentium – Frei Boaventura Kloppenburg, OFM | N. 13 | Teologia e Ciências Sociais – Orivaldo Pimentel Lopes Júnior |
| N. 5 | Conceito e Missão da Teologia em Karl Rahner – Érico João Hammes | N. 14 | Teologia e Bioética – Santiago Roldán García |
| N. 6 | Teologia e Diálogo Inter-Religioso – Cleusa Maria Andreatta | N. 15 | Fundamentação Teológica dos Direitos Humanos – David Eduardo Lara Corredor |
| N. 7 | Transformações recentes e perspectivas de futuro para a ética teológica – José Roque Junges, SJ | N. 16 | Contextualização do Concílio Vaticano II e seu desenvolvimento – João Batista Libânio, SJ |
| N. 8 | Teologia e literatura: profetismo secular em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos – Carlos Ribeiro Caldas Filho | N. 17 | Por uma Nova Razão Teológica. A Teologia na Pós-Modernidade – Paulo Sérgio Lopes Gonçalves |
| N. 9 | Diálogo inter-religioso: Dos “cristãos anônimos” às teologias das religiões – Rudolf Eduard von Sinner | N. 18 | Do ter missões ao ser missionário – Contexto e texto do Decreto Ad Gentes revisitado 40 anos depois do Vaticano II – Paulo Suess |

N. 19 A teologia na universidade do século XXI segundo Wolfhart Pannenberg – 1ª parte – Manfred Zeuch

N. 20 A teologia na universidade do século XXI segundo Wolfhart Pannenberg – 2ª parte – Manfred Zeuch

N. 21 Bento XVI e Hans Küng. Contexto e perspectivas do encontro em Castel Gandolfo – Karl-Josef Kuschel

N. 22 Terra habitável: um desafio para a teologia e a espiritualidade cristãs – Jacques Arnould

N. 23 Da possibilidade de morte da Terra à afirmação da vida. A teologia ecológica de Jürgen Moltmann – Paulo Sérgio Lopes Gonçalves

N. 24 O estudo teológico da religião: Uma aproximação hermenêutica – Walter Ferreira Salles

N. 25 A historicidade da revelação e a sacramentalidade do mundo – o legado do Vaticano II – Frei Sinivaldo S. Tavares, OFM

N. 26 Um olhar Teopoético: Teologia e cinema em O Sacrifício, de Andrei Tarkovski – Joe Marçal Gonçalves dos Santos

N. 27 Música e Teologia em Johann Sebastian Bach – Christoph Theobald

N. 28 Fundamentação atual dos direitos humanos entre judeus, cristãos e muçulmanos: análises comparativas entre as religiões e problemas – Karl-Josef Kuschel

N. 29 Na fragilidade de Deus a esperança das vítimas. Um estudo da cristologia de Jon Sobrino – Ana María Formoso

N. 30 Espiritualidade e respeito à diversidade – Juan José Tamayo-Acosta

N. 31 A moral após o individualismo: a anarquia dos valores – Paul Valadier

N. 32 Ética, alteridade e transcendência – Nilo Ribeiro Junior

N. 33 Religiões mundiais e Ethos Mundial – Hans Küng

N. 34 O Deus vivo nas vozes das mulheres – Elisabeth A. Johnson

N. 35 Posição pós-metafísica & inteligência da fé: apontamentos para uma outra estética teológica – Victor Hugo Mendes

N. 36 Conferência Episcopal de Medellín: 40 anos depois – Joseph Comblin

N. 37 Nas pegadas de Medellín: as opções de Puebla – João Batista Libânio

N. 38 O cristianismo mundial e a missão cristã são compatíveis?: insights ou percepções das Igrejas asiáticas – Peter C. Phan

N. 39 Caminhar descalço sobre pedras: uma releitura da Conferência de Santo Domingo – Paulo Suess

N. 40 Conferência de Aparecida: caminhos e perspectivas da Igreja Latino-Americana e Caribenha – Benedito Ferraro

N. 41 Espiritualidade cristã na pós-modernidade – Ildo Perondi

N. 42 Contribuições da Espiritualidade Franciscana no cuidado com a vida humana e o planeta – Ildo Perondi

N. 43 A Cristologia das Conferências do Celam – Vanildo Luiz Zugno

N. 44 A origem da vida – Hans Küng

N. 45 Narrar a Ressurreição na pós-modernidade. Um estudo do pensamento de Andrés Torres Queiruga – Maria Cristina Giani

N. 46 Ciência e Espiritualidade – Jean-Michel Maldamé

N. 47 Marcos e perspectivas de uma Catequese Latino-americana – Antônio Cechin

N. 48 Ética global para o século XXI: o olhar de Hans Küng e Leonardo Boff – Águeda Bichels

N. 49 Os relatos do Natal no Alcorão (Sura 19,1-38; 3,35-49): Possibilidades e limites de um diálogo entre cristãos e muçulmanos – Karl-Josef Kuschel

N. 50 “Ite, missa est!”: A Eucaristia como compromisso para a missão – Cesare Giraudo, SJ

N. 51 O Deus vivo em perspectiva cósmica – Elizabeth A. Johnson

N. 52 Eucaristia e Ecologia – Denis Edwards

N. 53 Escatologia, militância e universalidade: Leituras políticas de São Paulo hoje – José A. Zamora

N. 54 Mater et Magistra – 50 Anos – Entrevista com o Prof. Dr. José Oscar Beozzo

N. 55 São Paulo contra as mulheres? Afirmação e declínio da mulher cristã no século I – Daniel Marguerat

N. 56 Igreja Introvertida: Dossiê sobre o Motu Proprio “Summorum Pontificum” – Andrea Grillo

N. 57 Perdendo e encontrando a Criação na tradição cristã – Elizabeth A. Johnson

N. 58 As narrativas de Deus numa sociedade pós-metafísica: O cristianismo como estilo – Christoph Theobald

N. 59 Deus e a criação em uma era científica – William R. Stoeger

N. 60 Razão e fé em tempos de pós-modernidade – Franklin Leopoldo e Silva

N. 61 Narrar Deus: Meu caminho como teólogo com a literatura – Karl-Josef Kuschel

N. 62 Wittgenstein e a religião: A crença religiosa e o milagre entre fé e superstição – Luigi Perissinotto

N. 63 A crise na narração cristã de Deus e o encontro de religiões em um mundo pós-metafísico – Felix Wilfred

N. 64 Narrar Deus a partir da cosmologia contemporânea – François Euvé

N. 65 O Livro de Deus na obra de Dante: Uma releitura na Baixa Modernidade – Marco Lucchesi

N. 66 Discurso feminista sobre o divino em um mundo pós-moderno – Mary E. Hunt

N. 67 Silêncio do deserto, silêncio de Deus – Alexander Nava

N. 68 Narrar Deus nos dias de hoje: possibilidades e limites – Jean-Louis Schlegel

N. 69 (Im)possibilidades de narrar Deus hoje: uma reflexão a partir da teologia atual – Degislano Nóbrega de Lima

N. 70 Deus digital, religiosidade online, fiel conectado: Estudos sobre religião e internet – Moisés Sbardelotto

N. 71 Rumo a uma nova configuração eclesial – Mario de França Miranda

N. 72 Crise da racionalidade, crise da religião – Paul Valadier

N. 73 O Mistério da Igreja na era das mídias digitais – Antonio Spadaro

N. 74 O seguimento de Cristo numa era científica – Roger Haight

N. 75 O pluralismo religioso e a igreja como mistério: A eclesiologia na perspectiva inter-religiosa – Peter C. Phan

N. 76 50 anos depois do Concílio Vaticano II: indicações para a semântica religiosa do futuro – José Maria Vigil

N. 77 As grandes intuições de futuro do Concílio Vaticano II: a favor de uma “gramática gerativa” das relações entre Evangelho, sociedade e Igreja – Christoph Theobald

N. 78 As implicações da evolução científica para a semântica da fé cristã – George V. Coyne

N. 79 Papa Francisco no Brasil – alguns olhares

N. 80 A fraternidade nas narrativas do Gênesis: Dificuldades e possibilidades – André Wénin

N. 81 Há 50 anos houve um concílio...: significado do Vaticano II – Victor Codina

N. 82 O lugar da mulher nos escritos de Paulo – Eduardo de la Serna

N. 83 A Providência dos Profetas: uma Leitura da Doutrina da Ação Divina na Bíblia Hebraica a partir de Abraham Joshua Heschel – Élcio Verçosa Filho

N. 84 O desencantamento da experiência religiosa contemporânea em House: “creia no que quiser, mas não seja idiota” – Renato Ferreira Machado

N. 85 Interpretações polissêmicas: um balanço sobre a Teologia da Libertação na produção acadêmica – Alexandra Lima da Silva & Rhaissa Marques Botelho Lobo

N. 86 Diálogo inter-religioso: 50 anos após o Vaticano II – Peter C. Phan

N. 87 O feminino no Gênesis: A partir de Gn 2,18-25 – André Wénin

N. 88 Política e perversão: Paulo segundo Žižek – Adam Kotsko

N. 89 O grito de Jesus na cruz e o silêncio de Deus. Reflexões teológicas a partir de Marcos 15,33-39 – Francine Bigaouette, Alexander Nava e Carlos Arthur Dreher

N. 90 A espiritualidade humanística do Vaticano II: Uma redefinição do que um concílio deveria fazer – John W. O'Malley

N. 91 Religiões brasileiras no exterior e missão reversa – Vol. 1 – Alberto Groisman, Alejandro Frigerio, Brenda Carranza, Carmen Sílvia Rial, Cristina Rocha, Manuel A. Vásquez e Ushi Arakaki

N. 92 A revelação da “morte de Deus” e a teologia materialista de Slavoj Žižek – Adam Kotsko

N. 93 O êxito das teologias da libertação e as teologias americanas contemporâneas – José Oscar Beozzo

N. 94 Vaticano II: a crise, a resolução, o fator Francisco – John O'Malley

N. 95 “Gaudium et Spes” 50 anos depois: seu sentido para uma Igreja aprendente – Massimo Faggioli

N. 96 As potencialidades de futuro da Constituição Pastoral

N. 97 500 Anos da Reforma: Luteranismo e Cultura nas Américas – Vítor Westhelle

N. 98 O Concílio Vaticano II e o aggiornamento da Igreja – No centro da experiência: a liturgia, uma leitura contextual da Escritura e o diálogo – Gilles Routhier

N. 99 Pensar o humano em diálogo crítico com a Constituição *Gaudium et Spes* – Geraldo Luiz De Mori

N. 100 O Vaticano II e a Escatologia Cristã: Ensaio a partir de leitura teológico-pastoral da *Gaudium et Spes* – Afonso Murad

N. 101 Concílio Vaticano II: o diálogo na Igreja e a Igreja do Diálogo – Elias Wolff

N. 102 A Constituição Dogmática *Dei Verbum* e o Concílio Vaticano II – Flávio Martinez de Oliveira

N. 103 O pacto das catacumbas e a Igreja dos pobres hoje! – Emerson Sbardelotti Tavares

N. 104 A exortação apostólica *Evangelii Gaudium*: Esboço de uma interpretação original do Concílio Vaticano II – Christoph Theobald

N. 105 Misericórdia, Amor, Bondade: A Misericórdia que Deus quer – Ney Brasil Pereira

N. 106 Eclesialidade, Novas Comunidades e Concílio Vaticano II: As Novas Comunidades como uma

forma de autorrealização da Igreja – Rejane Maria Dias de Castro Bins

N. 107 O Vaticano II e a inserção de categorias históricas na teologia – Antonio Manzatto

N. 108 Morte como descanso eterno – Luís Inácio João Stadelmann

N. 109 Cuidado da Criação e Justiça Ecológica-Climática. Uma perspectiva teológica e ecumênica – Guillermo Kerber

N. 110 A Encíclica *Laudato Si'* e os animais – Gilmar Zampieri

N. 111 O vínculo conjugal na sociedade aberta. Repensamentos à luz de *Dignitatis Humanae* e *Amoris Laetitia* – Andrea Grillo

N. 112 O ensino social da Igreja segundo o Papa Francisco – Christoph Theobald

N. 113 Lutero, Justiça Social e Poder Político: Aproximações teológicas a partir de alguns de seus escritos – Roberto E. Zwetsch

N. 114 *Laudato Si'*, o pensamento de Morin e a complexidade da realidade – Giuseppe Fumarco

N. 115 A condição paradoxal do perdão e da misericórdia. Desdobramentos éticos e implicações políticas – Castor Bartolomé Ruiz

N. 116 A Igreja em um contexto de “Reforma digital”: rumo a um *sensus fidelium digitalis*? Moisés Sbardelotto

N. 117 *Laudato Si’* e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: uma convergência? – Gaël Giraud e Philippe Orliange

N. 118 Misericórdia, Compaixão e Amor: O rosto de Deus no Evangelho de Lucas – Ildo Perondi e Fabrizio Zandonadi Catenassi

N. 119 A constituição da Dignidade Humana: aportes para uma discussão pós-metafísica – Thyeles Moratti Precilio Borcarte Strelhow

N. 120 Renovação do espaço público: pentecostalismo e missão em perspectiva política – Amos Yong

N. 121 Viver as Bem-aventuranças numa Igreja em saída – Tea Frigerio

N. 122 Ser e Agir, o Reino e a Glória: a Oikonomia Trinitária e a bipolaridade da máquina governamental – Colby Dickinson

N. 123 A sensibilidade religiosa de Thoreau – Edward F. Mooney

N. 124 Diáconas na Igreja Maronita – Phyllis Zagano

N. 125 Comportamentos normatizados e a noção de profanação: uma reflexão em Giorgio Agamben – Claudio de Oliveira Ribeiro

N. 126 Teologalidade das resistências e lutas populares – Francisco de Aquino Júnior

N. 127 A glória como arcano central do poder e os vínculos entre oikonomia, governo e gestão – Colby Dickinson

N. 128 O Princípio Pluralista – Claudio de Oliveira Ribeiro

N. 129 Deus e o Diabo na política: compaixão e vocação profética – Ivone Gebara

N. 130 Deslocamentos genealógicos da economia teológica segundo Agamben – Joel Decothé Junior

N. 131 A Heterodoxia do Pseudo-Dionísio: hierarquia e burocracia na Teologia Medieval – Gerson Leite de Moraes e Daniel Nagao Menezes

N. 132 O pensamento de Jorge Mario Bergoglio. Os desafios da Igreja no mundo contemporâneos – Massimo Borghesi

N. 133 Os documentos eclesiais pós-sinodais “Familiaris Consortio” de Wojtyła e “Amoris Laetitia” de Bergoglio como respostas aos desafios da pastoral matrimonial – José Roque Junges

N. 134 A universalidade e o (não) lugar político da Igreja no mundo de hoje. A eclesiologia da globalização de Francisco – Massimo Faggioli

N. 135 A ética social do Papa Francisco: O Evangelho da misericórdia segundo o espírito de discernimento – Juan Carlos Scannone S.I.

N. 136 *Amoris Laetitia*: aspectos antropológicos e metodológicos e suas implicações para a teologia moral – Todd A. Salzman e Michael G. Lawler

N. 137 A Teologia da Missão à luz da Exortação Apostólica *Evangelii gaudium* – Paulo Suess

N. 138 O pontificado de Francisco e o laicato na missão da Igreja hoje. Avanços e impasses da “parrésia eclesial” – Andrea Grillo

N. 139 A Opção de Francisco: como evangelizar um mundo em mudança? – Austen Ivereigh

N. 140 A liturgia, 50 anos depois do Concílio Vaticano II: marcos, desafios, perspectivas – Andrea Grillo

N. 141 *Franciscus non cantat*: Um discurso, alguns percursos e ressonâncias acerca da música litúrgica pós-conciliar – Márcio Antônio de Almeida

N. 142 Para além do limiar do Templo: apontamentos éticos para uma pastoral em modo on-line –

Thiago Isaias Nóbrega de Lucena e José Joanees Souza Oliveira

N. 143 A Conversão de Agostinho de Hipona, interpretada em reflexões sobre a expressão *Intellige Ut Credis* – Orlando Polidoro Junior

N. 144 Teologia Pública e Práxis Pastoral: considerações em vista de uma Pastoral Pública - Luis Carlos Dalla Rosa

N. 145 O debate sobre o princípio pluralista: um balanço das reflexões sobre o princípio pluralista e suas aplicações - Claudio de Oliveira Ribeiro

N. 146 Juventudes e vivência ecumênica - Rosemary Fernandes da Costa

N. 147 Igreja e evangelização: provocações da pandemia. Parte I - O fim de um mundo? - Geraldo De Mori, Lucimara Trevizan e Edward Guimarães

N. 148 Igreja e evangelização: provocações da pandemia. Parte II - As dores do parto - Geraldo De Mori, Lucimara Trevizan e Edward Guimarães

N. 149 Igreja e evangelização: provocações da pandemia. Parte III - Vinho novo, odres novos - Geraldo De Mori, Lucimara Trevizan e Edward Guimarães

N. 150 O Papa Francisco, a Igreja e a ética teológica. Alguma coisa mudou? - Michael G. Lawler e Todd A. Salzman

N. 151 Igreja em saída para as periferias sociais e existenciais. O problema espiritual da missão - Rogério L. Zanini

N. 152 Fratelli Tutti: um guia de leitura - Gilmar Zampieri

N. 153 A Igreja e as uniões do mesmo sexo: O Responsum e suas implicações pastorais - Michael G. Lawler e Todd A. Salzman

N. 154 A Igreja e a união de pessoas do mesmo sexo: O Responsum e a possibilidade de novas abordagens - Andrea Grillo

N. 155 Gustavo Gutierrez: servidor dos pequenos e teólogo da libertação - José Oscar Beozzo

